



Geração e Transmissão S.A.

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	8
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	8
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	10
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	13
4) – DISPONIBILIDADES	14
5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES	14
6) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE	15
7) – ATIVO REGULATÓRIO E PASSIVO REGULATÓRIO-REVISÃO TARIFÁRIA	15
8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	16
9) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	17
10) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	18
11) – INVESTIMENTOS	19
12) – IMOBILIZADO	21
13) - INTANGÍVEL	23
14) – FORNECEDORES	24
15) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	25
16) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	26
17) – ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
18) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	29
19) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	30
20) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
21) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	32
22) – RECEITA DE USO DA REDE	32
23) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	33
24) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	33
25) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	35
26) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
27) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
28) – EVENTO SUBSEQUENTE	42
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	43
RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	53

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE MARÇO DE 2010

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
CIRCULANTE				
Disponibilidades (Nota 4)	2.051.502	2.953.159	1.755.513	2.727.833
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	330.518	334.470	326.583	303.948
Concessionários – Transporte de Energia	118.024	70.274	70.243	70.274
Tributos Compensáveis (Nota 8)	424.165	324.654	409.853	315.845
Revendedores – Transações Energia Livre (Nota 6)	46.141	45.175	46.141	45.175
Créditos Tributários (Nota 9)	20.519	13.446	19.508	13.446
Estoques	6.752	5.743	5.035	4.435
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária (Nota 7)	91.954	77.746	91.954	77.746
Outros Créditos	117.020	107.444	93.767	86.340
TOTAL DO CIRCULANTE	3.206.595	3.932.111	2.818.597	3.645.042
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	-	46.188	-	46.188
Créditos Tributários (Nota 9)	60.133	64.891	60.133	64.891
Tributos Compensáveis (Nota 8)	13.372	12.625	10.518	10.518
Depósitos Vinculados a Litígio (Nota 10)	106.446	97.100	104.431	95.956
Créditos com Pessoas Ligadas	4.067	16.879	2.905	9.309
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária (Nota 7)	1.055	23.423	1.055	23.423
Outros Créditos	23.124	18.800	7.011	7.063
	208.197	279.906	186.053	257.348
Investimentos (Nota 11)	1.737	1.738	2.488.016	1.623.910
Imobilizado (Nota 12)	7.956.333	7.273.924	5.373.133	5.395.084
Intangível (Nota 13)	1.345.688	822.644	25.996	26.208
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.511.955	8.378.212	8.073.198	7.302.550
ATIVO TOTAL	12.718.550	12.310.323	10.891.795	10.947.592

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE MARÇO DE 2010

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	943.528	865.662	508.221	616.703
Debêntures (Nota 16)	119.809	22.863	121.927	22.863
Fornecedores (Nota 14)	140.420	121.284	88.195	83.722
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 15)	317.533	233.491	308.435	226.292
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	110.347	418.304	110.347	418.304
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária (Nota 7)	75.568	-	-	-
Salários e Encargos Sociais	63.701	69.716	60.064	67.479
Encargos Regulatórios (Nota 17)	47.794	47.278	40.793	43.386
Participações nos Lucros	11.988	9.901	11.988	9.901
Dívidas com Pessoas Ligadas	528	11.851	16.907	21.639
Obrigações Pós-emprego (Nota 18)	18.340	18.862	18.340	18.862
Outras Obrigações	37.385	41.166	111.967	40.440
TOTAL DO CIRCULANTE	1.886.941	1.860.378	1.397.184	1.569.591
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	3.154.322	2.922.522	2.005.480	2.031.793
Debêntures (Nota 16)	3.185.870	3.193.477	3.013.049	3.025.963
Provisões para Contingências (Nota 19)	6.125	10.528	5.253	9.699
Obrigações Pós-emprego (Nota 18)	236.083	238.714	236.083	238.714
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 15)	146.538	150.834	146.532	150.834
Encargos Regulatórios (Nota 17)	65.410	61.218	65.410	61.218
Outras Obrigações	55.329	52.382	40.872	39.510
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.849.677	6.629.675	5.512.679	5.557.731
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)				
Capital Social	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros	266.112	266.112	266.112	266.112
Reservas de Reavaliação	451	1.220	451	1.220
Lucros Acumulados	418.584	256.153	418.584	256.153
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.981.932	3.820.270	3.981.932	3.820.270
PASSIVO TOTAL	12.718.550	12.310.323	10.891.795	10.947.592

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (Nota 21)	1.716.253	1.740.088	1.705.575	1.733.621
Receita de Uso da Rede (Nota 22)	427.412	465.609	271.312	465.609
Outras Receitas Operacionais	11.633	11.148	11.554	11.148
	<u>2.155.298</u>	<u>2.216.845</u>	<u>1.988.441</u>	<u>2.210.378</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL (Nota 23)	<u>(461.255)</u>	<u>(447.350)</u>	<u>(448.652)</u>	<u>(445.929)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.694.043</u>	<u>1.769.495</u>	<u>1.539.789</u>	<u>1.764.449</u>
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA (Nota 24)				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(135.979)	(142.414)	(139.842)	(142.414)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	<u>(145.996)</u>	<u>(70.914)</u>	<u>(145.984)</u>	<u>(70.436)</u>
	<u>(281.975)</u>	<u>(213.328)</u>	<u>(285.826)</u>	<u>(212.850)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO (Nota 24)				
Pessoal e Administradores	(115.565)	(110.607)	(109.983)	(110.517)
Obrigações Pós-emprego	(12.309)	(9.571)	(12.309)	(9.571)
Materiais	(8.071)	(6.415)	(7.334)	(6.392)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(4.070)	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	(52.175)	(42.311)	(48.234)	(42.085)
Depreciação e Amortização	(141.110)	(112.659)	(112.273)	(112.228)
Reversões (Provisões) Operacionais	6.395	(500)	6.395	(500)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos	(65.903)	(70.090)	(65.903)	(70.090)
Outros custos de operação	<u>(22.827)</u>	<u>(4.965)</u>	<u>(20.655)</u>	<u>(4.836)</u>
	<u>(411.565)</u>	<u>(361.188)</u>	<u>(370.296)</u>	<u>(360.289)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(693.540)</u>	<u>(574.516)</u>	<u>(656.122)</u>	<u>(573.139)</u>
LUCRO BRUTO	1.000.503	1.194.979	883.667	1.191.310
DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 24)				
Despesas com Vendas	(454)	(52)	(454)	(52)
Despesas Gerais e Administrativas	(67.040)	(81.773)	(51.892)	(81.773)
Outras Despesas Operacionais	<u>(14.473)</u>	<u>(10.296)</u>	<u>(8.028)</u>	<u>(10.295)</u>
	<u>(81.967)</u>	<u>(92.121)</u>	<u>(60.374)</u>	<u>(92.120)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	<u>918.536</u>	<u>1.102.858</u>	<u>823.293</u>	<u>1.099.190</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	32.847	3.064
Despesas Financeiras Líquidas (Nota 25)	<u>(200.604)</u>	<u>(93.222)</u>	<u>(157.208)</u>	<u>(92.863)</u>
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	<u>717.932</u>	<u>1.009.636</u>	<u>698.932</u>	<u>1.009.391</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 9 b)	(233.565)	(261.788)	(214.992)	(261.543)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 9 b)	20.165	(46.993)	20.592	(46.993)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (Nota 24)	<u>(16.070)</u>	<u>(16.217)</u>	<u>(16.070)</u>	<u>(16.217)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>488.462</u>	<u>684.638</u>	<u>488.462</u>	<u>684.638</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			<u>168,62</u>	<u>236,34</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010**

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas de Reavaliação	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	3.296.785	266.112	1.220	256.153	3.820.270
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	232.309	232.309
Destinação do lucro	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(69.878)	(69.878)
Constituição de Reserva de Reavaliação	-	-	(769)	-	(769)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	<u>3.296.785</u>	<u>266.112</u>	<u>451</u>	<u>418.584</u>	<u>3.981.932</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.896.785	666.112	-	-	3.562.897
Aumento de Capital	400.000	(400.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	488.462	488.462
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(69.878)	(69.878)
Constituição de Reserva de Reavaliação	-	-	451	-	451
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	<u>3.296.785</u>	<u>266.112</u>	<u>451</u>	<u>418.584</u>	<u>3.981.932</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	488.462	684.638	488.462	684.638
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	143.347	112.815	112.473	112.384
Baixas Líquidas de Imobilizado	715	2.536	(1.228)	2.536
Amortização de Ágio na Aquisição de Controlada	-	-	(6.962)	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(32.847)	(3.064)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	36.844	(5.664)	37.336	(17.468)
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária da Transmissão	-	(158.090)	-	(158.090)
Impostos Federais Diferidos	(20.165)	46.993	(20.592)	46.993
Provisões para Perdas Operacionais	(5.945)	1.173	(5.942)	1.173
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	556	(8.306)	-	(8.306)
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(739)	46.724	(168)	46.724
Obrigações Pós-emprego	15.456	14.666	15.456	14.666
Outros	-	2.195	-	2.225
	<u>658.531</u>	<u>739.680</u>	<u>585.988</u>	<u>724.411</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	109.398	(65.270)	84.207	(64.889)
Revendedores – Transações com energia livre	(114)	23.318	(92)	23.318
Tributos Compensáveis	(174.484)	(197.862)	(197.028)	(197.596)
Transporte de Energia	(28.917)	59	(2.516)	59
Créditos Tributários	25.426	2.076	26.244	2.076
Depósito Judiciais	(16.335)	(22.685)	(16.561)	(15.560)
Outros	33.354	3.558	12.875	(3.946)
	<u>(51.672)</u>	<u>(256.806)</u>	<u>(92.871)</u>	<u>(256.538)</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(3.819)	(48.708)	4.213	(46.943)
Tributos e Contribuição Social	176.122	288.976	199.572	288.164
Salários e Contribuições Sociais	(24.550)	17.822	(24.948)	17.516
Encargos Regulatórios	3.684	(11.420)	(1.356)	(11.420)
Empréstimos e Financiamentos	104.350	44.809	56.676	44.936
Obrigações Pós-Emprego	(21.886)	(20.078)	(21.886)	(20.078)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(2.966)	936	168	936
Outros	22.468	(49.248)	38.385	(31.186)
	<u>253.403</u>	<u>223.089</u>	<u>250.824</u>	<u>241.925</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	860.262	705.963	743.941	709.798
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	2.964.315	425.853	2.748.281	113.979
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.895.079)	(31.064)	(2.809.392)	(30.494)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(876.586)	(492.875)	(876.586)	(492.875)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
	(807.350)	(98.086)	(937.697)	(409.390)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(425.340)	(287)	(837.710)	(45.203)
No Imobilizado	(301.253)	(249.280)	(48.368)	(34.932)
No Intangível	(318.532)	-	871	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.045.125)	(249.567)	(885.207)	(80.135)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(992.213)	358.310	(1.078.963)	220.273
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do exercício	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
No fim do exercício	<u>2.051.502</u>	<u>1.220.408</u>	<u>1.755.513</u>	<u>1.072.486</u>
	(992.213)	358.310	(1.078.963)	220.273

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas:

- ❑ Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A Usina iniciou operações em 2009;
- ❑ Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará, e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A Usina iniciou operações em agosto de 2009;
- ❑ Baguari Energia S.A. (Controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- ❑ Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), anteriormente, denominada Terna Participações S.A. (Controlada em conjunto – participação direta de 32,27%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País por meio das seguintes Sociedades, por ela controladas, ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda. que, juntas, possuem mais de 3.712 km (informação não revisada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão de alta voltagem (de 230 a 500 Kv), integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional;
- ❑ Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) (Controlada em conjunto – participação de 74,50%) – Participação de 62,80% na Transmissora Alterosa de Energia S.A.
- ❑ Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 36,23%) – Participação de 29,42% na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A
- ❑ Central Eólica Praias do Morgado S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Aracajú, no Estado do Ceará, e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A Usina iniciou operações em abril de 2010;

Controladas em fase pré-operacional:

- ❑ Guanhães Energia S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não revisada pelos auditores independentes);
- ❑ Cemig Baguari Energia S.A. (Controlada - participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- ❑ Madeira Energia S.A. (Controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012;
- ❑ Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em agosto de 2010;
- ❑ Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em setembro de 2010;
- ❑ Central Eólica Volta do Rio S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Aracajú, no Estado do Ceará, com capacidade instalada de 42 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em agosto de 2010.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as Práticas Contábeis, adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Estas Informações Trimestrais – ITR’s foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais de 31 de dezembro de 2009. Desta forma, estas ITR’s devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis Anuais.

As reclassificações efetuadas, nos saldos de 30 de junho de 2009, para fins de comparabilidade, em função de alterações do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, estão a seguir discriminadas:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>
Outras despesas operacionais			Deduções da Receita		
Outras despesas operacionais	8.093	8.093	Encargo de Aquisição Emergencial	(8.093)	(8.093)
	<u>8.093</u>	<u>8.093</u>		<u>(8.093)</u>	<u>(8.093)</u>

2.2) Aplicação das novas Regras Contábeis a partir de 2010

Em continuidade ao processo de harmonização das Práticas Contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, iniciado em 2008, o CPC emitiu e a CVM aprovou, ao longo do exercício de 2009, diversos pronunciamentos contábeis, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

No entanto, conforme facultado pela Deliberação nº 603, de 10 de novembro de 2009, alterada pela Deliberação CVM nº 626, de 31 de março de 2010, a Companhia optou por apresentar suas informações trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009.

A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis efeitos da aplicação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu preliminarmente que, os principais efeitos decorrerão da aplicação das seguintes normas:

Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. Atualmente, não é possível estimar os efeitos decorrentes da aplicação desta norma, tendo em vista que os conceitos introduzidos ainda estão sendo estudados para fins de aplicação, mas são esperados ajustes decorrentes da reclassificação do ativo imobilizado como ativo intangível e/ou financeiro, reconhecimento de receita de construção e tratamento de obrigações vinculadas à concessão.

Pronunciamento CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção. A aplicabilidade desse pronunciamento contábil está diretamente relacionada à dissolução de dúvidas oriundas da Interpretação Técnica

ICPC 01, uma vez que o reconhecimento dessa receita não está previsto no ambiente tarifário regulatório. Dessa forma, a Companhia entende que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção do referido pronunciamento.

Pronunciamento CPC 30 – Receitas, que prescreve o tratamento contábil de receitas que surjam de certos tipos de transações e eventos: venda de bens, prestação de serviços; e uso, por parte de terceiros, de outros ativos da entidade que geram juros, royalties e dividendos. A aplicabilidade desse pronunciamento contábil está diretamente relacionada à dissolução de dúvidas oriundas da Interpretação Técnica ICPC 01, visto que o reconhecimento dessa receita não está previsto no ambiente tarifário regulatório. Dessa forma, a Companhia entende que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção do referido pronunciamento.

Pronunciamento CPC 24 – Evento subsequente e ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. A Administração é obrigada a propor a distribuição do resultado no fim do exercício. Essa distribuição pode ser modificada pelos acionistas. Portanto, de acordo com o CPC 24 a parte dos dividendos propostos não declarados acima dos dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio serão mantidas dentro do patrimônio líquido e não será reconhecido passivo ao final do período. Dividendos adicionais ao mínimo serão registrados como passivo na medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia.

Pronunciamento CPC 43 – Estabelece os critérios para adoção inicial dos CPCs 15 a 40 e especifica que as exceções em relação às regras internacionais estão limitadas a manutenção da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais que possuam investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e manutenção do ativo diferido formado até 31 de dezembro de 2008 até a sua total amortização. Atualmente há no Brasil o registro de ativos e passivos regulatórios, sendo que quando o regulador estabelece critérios para alocar receita ou despesa aos períodos posteriores, um ativo ou passivo regulatório é reconhecido. Atualmente esses ativos e passivos regulatórios representam uma diferença de GAAP entre as normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. O IASB está preparando interpretação que pode mudar o tratamento de ativos e passivos regulatórios em IFRS. A Administração está aguardando o resultado desta nova interpretação do IASB para avaliar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia está participando das discussões e debates no mercado, em especial nos Órgãos e Associações da classe contábil e nos Órgãos Reguladores, no que se refere as interpretações sobre os critérios de aplicação desses pronunciamentos, entre os quais destacamos a Interpretação Técnica ICPC 01, que, possivelmente, se manifestarão sobre aspectos específicos para aplicação no setor elétrico. Nesse momento, em função das dúvidas conceituais que têm ensejado diferentes interpretações quanto à correta aplicação destas normas no ambiente regulatório brasileiro e até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática dos pronunciamentos, entendemos não ser possível, ainda, avaliar e quantificar, com razoável segurança, os eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.3) Receita de Transmissão - Critério de Reconhecimento

Em 14 de outubro de 2009, a CVM, mediante decisão de seu Colegiado, determinou que as Concessionárias do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, controladas pela TAESA, alterem, a partir da primeira divulgação da ITR de 2010, o tratamento contábil a ser adotado na contabilização da receita, com efeitos retroativos a 2009, apenas para fins de comparabilidade, ficando a Taesa dispensada de qualquer refazimento de suas Demonstrações Contábeis, referentes a exercícios anteriores.

Considerando que a Cemig Geração e Transmissão e também as Empresas Transmissoras do Grupo TBE têm contratos de concessão de Transmissão de energia similares aos da TAESA, deveriam, também, adotar os mesmos procedimentos determinados pela CVM.

Em 4 de maio de 2010, a CVM, por meio do Ofício SEP/GEA-nº189/10, autorizou a não aplicação dessa Nova Prática para as ITR's a serem divulgadas ao longo do exercício de 2010, podendo ser

adotada somente a partir do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2010, conjuntamente com os demais Pronunciamentos Contábeis com vigência em 2010.

Não foi possível avaliar os impactos decorrentes da linearização da receita no Patrimônio Líquido das Concessionárias em função das dúvidas conceituais que têm ensejado diferentes interpretações quanto à correta aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, e sua interação com o CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, no ambiente regulatório, conforme descrito acima.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Financeiras da Controlada e das Controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as Controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de Consolidação Proporcional, aplicável sobre cada componente das ITR's das Controladas. Todas as Controladas, inclusive de Controle Compartilhado, seguem Práticas Contábeis consistentes com as da Controladora.

	Participação direta no capital total - %	
	30/06/2010	31/03/2010
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	32,27	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	36,23	49,00
Transmissora Alvorada de Energia S.A.	74,50	-

Na consolidação, foram eliminadas as participações da Controladora nos Patrimônios Líquidos das Empresas Controladas, bem como os Saldos Relevantes de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as Empresas.

As referências efetuadas nestas ITR's da Controlada e das Controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As datas das Informações Trimestrais das Sociedades Controladas, utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, coincidem com as da Controladora.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Informações Trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos exclusivos, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo), garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas Informações Trimestrais são regularmente revisadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos Investimentos como: taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir estas obrigações.

4) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Contas Bancárias	17.937	11.797	10.360	9.511
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	1.748.075	2.749.524	1.647.349	2.596.701
Letras Financeiras do Tesouro	183.882	55.385	13.354	38.256
Letras do Tesouro Nacional	-	43.486	-	-
Outros	101.608	92.967	84.450	83.365
	<u>2.033.565</u>	<u>2.941.362</u>	<u>1.745.153</u>	<u>2.718.322</u>
	<u>2.051.502</u>	<u>2.953.159</u>	<u>1.755.513</u>	<u>2.727.833</u>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas, em Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de Caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2010	31/03/2010
Controladora					
Industrial	152.115	13.706	6.173	171.994	177.601
Comércio, Serviços e Outras	756	-	-	756	-
Suprimento a Outras Concessionárias	109.476	36.587	9.690	155.753	174.907
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.920)	(1.920)	(2.372)
	<u>262.347</u>	<u>50.293</u>	<u>13.943</u>	<u>326.583</u>	<u>350.136</u>
Controladas					
Industrial	665	-	-	665	1.821
Comércio, Serviços e Outras	1.924	1.346	-	3.270	1.623
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	27.078
	<u>2.589</u>	<u>1.346</u>	<u>-</u>	<u>3.935</u>	<u>30.522</u>
Total Consolidado	<u>264.936</u>	<u>51.639</u>	<u>13.943</u>	<u>330.518</u>	<u>380.658</u>
Circulante				330.518	334.470
Não Circulante				-	46.188

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As Obrigações e Direitos da Companhia referentes às transações com energia livre, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante a vigência do Programa de Racionamento, estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010
ATIVO CIRCULANTE		
Valores a serem recebidos de Distribuidoras	46.141	45.175
	46.141	45.175

Os Valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos, pela Companhia, nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e ao valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas Distribuidoras por meio dos montantes arrecadados da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as Distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente, por meio da RTE, aos Geradores e Distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387 em que estabeleceu que os saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da RTE nas tarifas de fornecimento das Distribuidoras, deverão ser recalculados por meio de uma nova metodologia.

O repasse final da Energia Livre corresponderá ao somatório das diferenças mensais, positivas ou negativas, entre os repasses financeiros, da Energia Livre, efetuados conforme critérios definidos e os repasses já efetivamente realizados, acrescido da remuneração financeira pela Taxa Selic, desde a data da ocorrência da diferença até a data de encerramento da cobrança da RTE, nas tarifas de fornecimento.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da Taxa Selic, acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns Processos Judiciais em andamento, movidos por Agentes do Mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar alterações nos montantes registrados.

7) – ATIVO REGULATÓRIO E PASSIVO REGULATÓRIO-REVISÃO TARIFÁRIA

Primeira Revisão Tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %, em decorrência de:

- (i) custos incorridos na elaboração do laudo de avaliação, no montante de R\$ 978;
- (ii) alteração da Base de Remuneração Líquida em R\$ 1.140;

- (iii) inclusão dos Encargos Setoriais sobre a diferença das Receitas requerida dos últimos quatro ciclos e pela Atualização do Financeiro, devido à alteração do perfil de Remuneração às Instalações autorizadas em R\$ 8.424.

Adicionalmente, foi estabelecido, pela ANEEL, um componente financeiro de R\$168.632, a ser pago à Companhia por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário, ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009, já acrescido do montante oriundo do Recurso Administrativo em R\$10.542. A primeira parcela, de R\$85.732, foi incorporada ao reajuste do ciclo 2009/2010 e, já foi integralmente recebida a segunda parcela, de R\$93.009, será compensada no reajuste 2010/2011.

Segunda Revisão Tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$ 75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011. Esse valor foi registrado como uma Redução na Receita, pela Companhia, no 2º trimestre de 2010.

À medida que os valores da Parcela de Ajuste, referentes a primeira e segunda Revisão Tarifária, são recebidos/descontados na tarifa, a Companhia transfere os valores correspondentes registrados no Ativo e Passivo para o Resultado.

8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Circulante				
ICMS a Recuperar	40.397	37.928	38.677	37.719
Imposto de Renda	278.480	206.538	269.688	200.702
Contribuição Social	81.689	57.307	80.866	56.667
PASEP	4.175	4.009	3.664	3.691
COFINS	19.072	18.244	16.800	16.926
Outros	352	628	158	140
	424.165	324.654	409.853	315.845
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	8.223	8.223	7.742	7.742
Imposto de Renda	2.373	1.626	-	-
PASEP	-	495	495	495
COFINS	2.776	2.281	2.281	2.281
	13.372	12.625	10.518	10.518
	437.537	337.279	420.371	326.363

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados no exercício, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

9) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2010	31/03/2010
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Obrigações Pós-emprego	17.751	18.262
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.741	4.348
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	643	797
Instrumentos Financeiros	14.316	14.282
Variação Cambial	35.585	35.584
Contingências	1.786	3.298
Tributos com exigibilidade suspensa	3.962	-
Outros	4.868	1.766
	80.652	78.337
Ativo Circulante	20.519	13.446
Ativo Não Circulante	60.133	64.891

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2010, conforme abaixo:

	Consolidado
	30/06/2010
2010	8.746
2011	23.043
2012	18.925
2013	12.995
2014	8.069
2015 a 2017	5.325
2018 a 2020	3.549
	80.652

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	717.932	1.009.636	698.933	1.009.391
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(244.096)	(343.276)	(237.637)	(343.193)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	23.759	36.426	23.759	36.426
Participação dos Empregados no Resultado	5.464	5.514	5.464	5.514
Incentivos Fiscais	10.829	3.720	6.402	3.720
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	11.960	1.042
Contribuições e Doações Inadmissíveis	(1.587)	(856)	(1.587)	(856)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	-	(11.423)	-	(11.423)
Créditos Fiscais não reconhecidos	388	229	388	229
Outros	(8.157)	885	(3.151)	5
Imposto de Renda e Contribuição Social	(213.400)	(308.781)	(194.400)	(308.536)

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional, por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu laudos constitutivos, que outorgam à parte das Controladas da TAESA, benefícios fiscais relativos à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

10) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Trabalhista	34.440	34.158	34.362	34.116
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	60.440	52.480	60.153	52.314
Outros	1.835	1.465	988	983
Outros	1.717	983	914	529
	106.446	97.100	104.431	95.956

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

11) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.		-	23.887	22.605
Guanhães Energia S.A.		-	10.261	10.226
Hidrelétrica Pipoca S.A.		-	17.087	17.389
Cemig Baguari Energia S.A.		-	6	18
Baguari Energia S.A.		-	181.115	180.797
EBTE		-	91.385	76.685
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.		-	32.093	34.337
Central Eólica Volta do Rio S.A.		-	58.734	59.056
Central Eólica Praias de Morgado S.A.		-	26.549	26.860
TAESA		-	720.766	696.873
Transmissora Alterosa		-	366.879	9.629
Transmissora Alvorada		-	473.577	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA		-	383.547	386.754
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru		-	29.606	29.802
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio		-	28.548	28.548
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado		-	42.238	42.593
Outros	1.737	1.738	1.738	1.738
	1.737	1.738	2.488.016	1.623.910

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2010			Janeiro a junho de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	48.749	-	5.049
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.941	-	1.333
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	34.872	-	(2.259)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(12)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(166.430)	-	(102.261)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	260.982	-	(119)
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	186.499	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	65.495	-	(5.789)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.866	-	(941)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	54.182	-	(788)
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.019.847	-	145.884
Transmissora Alterosa	641.026.832	36,23	1.023.155	1.012.543	-	(7.500)
Transmissora Alvorada	471.647.403	74,50	633.084	635.674	-	2.591

Sociedades Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2009			Janeiro a junho de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	41.507	-	6.313
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	19.608	-	-
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	35.382	38.952	-	431
Madeira Energia	100.000	10,00	100	100	-	(24.842)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	1	-	-
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	236.702	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	49.604	49.604	-	-

A movimentação dos investimentos em Sociedades Controladas é a seguinte:

	31/03/2010	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2010
Hidrelétrica Cachoeirão	22.605	1.282	-	-	-	23.887
Guanhães Energia	10.226	35	-	-	-	10.261
Hidrelétrica Pipoca	17.389	(296)	-	-	(6)	17.087
Cemig Baguari Energia	18	(12)	-	-	-	6
Madeira Energia	-	(4.950)	-	-	4.950	-
Baguari Energia	180.797	(43)	358	-	3	181.115
EBTE	76.685	-	14.700	-	-	91.385
Central Eólica Praias de Parajuru	34.337	(2.193)	-	-	(51)	32.093
Central Eólica Volta do Rio	59.056	(322)	-	-	-	58.734
Central Eólica Praias de Morgado	26.860	(311)	-	-	-	26.549
TAESA	696.873	23.893	-	-	-	720.766
Transmissora Alterosa	9.629	1.432	355.818	-	-	366.879
Transmissora Alvorada	-	1.931	471.646	-	-	473.577
	1.134.475	20.446	842.522	-	4.896	2.002.339

b) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos minoritários, por meio da Empresa Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17%, das ações, até então, em poder dos acionistas minoritários, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001 851 (R\$15,57 por ação).

Foi apurado um ágio de R\$ 523.367 correspondente à mais valia das concessões A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

c) Ágios nas aquisições de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

12) – IMOBILIZADO

Controladora	30/06/2010			31/03/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	9.197.443	(4.016.791)	5.180.652	5.198.645
- Geração	6.757.298	(3.115.843)	3.641.455	3.665.533
Terrenos	196.325		196.325	196.216
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.672.393	(1.481.848)	2.190.545	2.209.522
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	780.331	(379.036)	401.295	405.880
Máquinas e Equipamentos	2.103.317	(1.250.579)	852.738	853.254
Veículos	2.352	(1.965)	387	494
Móveis e Utensílios	2.580	(2.415)	165	167
- Transmissão	1.350.267	(711.519)	638.748	634.837
Terrenos	2.139		2.139	2.138
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	108.658	(62.722)	45.936	46.844
Máquinas e Equipamentos	1.237.642	(647.696)	589.946	585.142
Veículos	811	(258)	553	530
Móveis e Utensílios	1.017	(843)	174	183
- Administração	69.876	(39.388)	30.488	21.792
Terrenos	458		458	458
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	13.896	(7.834)	6.062	6.053
Máquinas e Equipamentos	31.905	(20.639)	11.266	12.020
Veículos	20.627	(8.032)	12.595	3.165
Móveis e Utensílios	2.990	(2.883)	107	96
- Atividade não Vinculada	1.020.002	(150.041)	869.961	876.483
Terrenos	50.820		50.820	50.820
Reservatórios, Barragem e Aduadoras	282.318	(37.919)	244.399	245.885
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	193.861	(28.773)	165.088	166.434
Máquinas e Equipamentos	491.983	(82.870)	409.113	412.781
Veículos	57	(40)	17	18
Móveis e Utensílios	963	(439)	524	545
Em Curso	242.345	-	242.345	240.628
- Geração	106.112	-	106.112	115.477
- Transmissão	129.176	-	129.176	109.072
- Administração	5.041	-	5.041	14.568
- Atividade não Vinculada	2.016	-	2.016	1.511
Total do Imobilizado	9.439.788	(4.016.791)	5.422.953	5.439.273
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(49.820)	-	(49.820)	(44.189)
Imobilizado Líquido - Controladora	9.389.968	(4.016.791)	5.373.177	5.395.084

	30/06/2010			31/03/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Controladas				
Em Serviço	1.901.146	(309.564)	1.591.582	1.017.506
- Geração	296.073	(5.650)	290.423	288.997
- Transmissão(*)	1.596.179	(301.723)	1.294.456	724.638
- Administração	6.512	(1.981)	4.531	2.656
- Atividade não Vinculada	2.382	(210)	2.172	1.215
Em Curso	992.626	0	992.626	861.937
- Geração	602.843		602.843	498.148
- Transmissão	203.718		203.718	180.383
- Administração	4.902		4.902	2.591
- Atividade não Vinculada	181.163		181.163	180.815
Total do Imobilizado - Controladas	2.893.772	(309.564)	2.584.208	1.879.443
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(1.148)	96	(1.052)	(603)
Imobilizado Líquido - Controladas	2.892.624	(309.468)	2.583.156	1.878.840
Imobilizado Líquido - Consolidado	12.282.592	(4.326.259)	7.956.333	7.273.924

(*) O aumento de Ativos de Transmissão do trimestre ocorreu substancialmente pelo aumento de participação na TAESA.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se, basicamente, a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Alguns Terrenos e Edificações das Controladas registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$896 em 30 de junho de 2010 (R\$909 em 31 de março de 2010).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os Contratos de Concessão preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do Imobilizado não depreciado, ao final da concessão, será reembolsável pelo Poder Concedente.

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na Geração e Transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13) - INTANGÍVEL

Controladora	Saldo em 31/03/2010	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 30/06/2010
Em Serviço - Com vida útil definida	21.623	1.372	-	(366)	-	22.629
Direito de Uso de Softwares	4.087	1.371	-	(277)	-	5.181
Marcas e Patentes	4	-	-	-	-	4
Servidão	17.532	1	-	(89)	-	17.444
Em Curso	4.585	-	-	-	(1.261)	3.324
Ativos em formação	4.585	-	-	-	(1.261)	3.324
TOTAL INTANGÍVEL	26.208	1.372	-	(366)	(1.261)	25.953

Consolidado	Saldo em 31/03/2010	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 30/06/2010
Em Serviço - Com vida útil definida						
Direito de Uso de Softwares	4.110	1.287	-	(194)	-	5.203
Marcas e Patentes	17	5	-	-	-	22
Servidão	29.090	5.173	-	(89)	-	34.174
Outros	2.683	-	-	(149)	(792)	1.742
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Praia do Morgado	42.593	-	-	(355)	-	42.238
Central Eólica Praias de Parajuru	29.802	-	-	(195)	-	29.607
Central Eólica Volta do Rio Transmissora Aliança de Energia S.A.	28.548	-	-	-	-	28.548
Total do Intangível em Serviço	678.407	523.367	-	(3.765)	-	1.198.009
	815.250	529.832	-	(4.747)	-	1.339.543
Em Curso						
Ativos em formação	7.394	-	-	-	-	7.394
Total Intangível em Curso	7.394	-	-	-	(1.249)	6.145
TOTAL INTANGÍVEL CONSOLIDADO	822.644	529.832	-	(4.747)	(1.249)	1.345.688

Os Ativos Intangíveis, Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros, são amortizáveis pelo método linear com utilização da taxa utilizadas definidas pela ANEEL 367/09 de 02 de junho de 2009.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida, e vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos pela ANEEL.

O montante de Intangível em Serviço e totalmente amortizado representava R\$19.207 em 30 de junho de 2010 (R\$18.064 em 31 de março de 2010).

14) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Mercado Atacadista - CCEE	2.330	2.330	2.330	2.330
Cemig Distribuição	3.122	4.156	3.122	4.156
Furnas	4.068	4.121	4.068	4.121
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.051	3.072	3.051	3.072
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.783	2.800	2.783	2.800
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.354	1.985	2.354	1.985
Eletrosul – Centrais Elétricas	2.128	1.948	2.128	1.948
União Com. de Energia Elétrica	-	5.965	-	5.965
Petrobrás Com. de Energia Ltda	-	8.925	-	8.925
Outros Geradores e Distribuidores	46.232	31.309	40.808	26.009
	66.068	66.611	60.644	61.311
Materiais e Serviços	74.352	54.673	27.551	22.411
	140.420	121.284	88.195	83.722

A conclusão de alguns Processos Judiciais, em andamento, movidos por Agentes do Mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre, durante o Racionamento, poderá implicar alterações nos montantes registrados. Vide comentários na Nota Explicativa nº 19.

15) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Circulante				
Imposto de Renda	165.092	89.582	161.022	87.923
Contribuição Social	58.863	33.526	56.491	31.891
ICMS	31.998	26.168	31.769	25.932
COFINS	21.671	21.930	20.787	21.361
PASEP	9.962	10.018	9.770	9.894
INSS	3.497	3.733	3.147	3.472
Outros	2.504	4.298	1.503	1.583
	<u>293.587</u>	<u>189.255</u>	<u>284.489</u>	<u>182.056</u>
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	13.841	25.570	13.841	25.570
Contribuição Social	4.983	9.205	4.983	9.205
COFINS	4.208	7.773	4.208	7.773
PASEP	914	1.688	914	1.688
	<u>23.946</u>	<u>44.236</u>	<u>23.946</u>	<u>44.236</u>
	<u>317.533</u>	<u>233.491</u>	<u>308.435</u>	<u>226.292</u>
Não Circulante				
COFINS	51.852	44.979	51.852	44.979
PASEP	11.257	9.765	11.257	9.765
	<u>63.109</u>	<u>54.744</u>	<u>63.109</u>	<u>54.744</u>
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	61.345	68.207	61.341	68.207
Contribuição Social	22.084	24.555	22.082	24.555
COFINS	-	2.734	-	2.734
PASEP	-	594	-	594
	<u>83.429</u>	<u>96.090</u>	<u>83.423</u>	<u>96.090</u>
	<u>146.538</u>	<u>150.834</u>	<u>146.532</u>	<u>150.834</u>
	<u>464.071</u>	<u>384.325</u>	<u>454.967</u>	<u>377.126</u>

As Obrigações Diferidas Circulantes referem-se, basicamente, aos Ativos e Passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e a outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses Ativos e Passivos.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

As obrigações diferidas não circulantes de PASEP/COFINS referem-se substancialmente a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização desses.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

16) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2010		31/03/2010	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	-	-	-	6.056
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.567	2.455	5.022	5.394
BNDES	2017	3,51%	UMBND\$	-	-	-	26.544
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.567	2.455	5.022	37.994
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.182
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	253.565	484.111	737.676	752.908
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.014	61.094	88.108	94.011
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	487	30.000	30.487	32.594
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	15.748	900.000	915.748	933.496
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	53.427	121.375	174.802	177.169
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.154	-	25.154	25.735
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	866	2.326	3.192	3.110
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	9.077	115.097	124.174	124.146
Bradesco S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	42.058	97.687	139.745	142.556
Bradesco S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	549	1.365	1.914	1.865
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	14.157	238.816	252.973	247.273
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	39.301	39.301	38.161
Debêntures (1) (3)	2015	IPCA + 7,68 (*)	R\$	39.520	1.171.517	1.211.037	1.173.749
Debêntures (1) (3)	2015	0,042 (**)	R\$	(475)	(1.688)	(2.163)	(2.379)
Debêntures (1) (3)	2012	CDI + 0,90(*)	R\$	68.250	1.566.000	1.634.250	1.595.307
Debêntures	2012	0.1051(**) FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	(1.643)	(896)	(2.539)	(3.285)
ELETOBRÁS	2013		R\$	12.461	30.113	42.574	45.434
Santander do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	8.214	21.206	29.420	29.934
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	57.648	130.632	188.280	188.515
BNDES (3)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	313.435	313.435	266.795
Debêntures(3)	2013	IPCA	R\$	-	172.820	172.820	167.514
CEF S/A	2022	TJLP+3,50	R\$	6.195	60.916	67.111	65.284
CEF S/A	2021	TJLP+3,50	R\$	5.186	50.133	55.319	55.717
CEF S/A	2022	TJLP+3,50	R\$	8.073	85.162	93.235	90.824
BNDES	2018	TJLP	R\$	33.450-	228.400-	261.850-	243.086
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	189.227		189.227	184.598
BNDES	2024	TJLP +2,56	R\$	2.694	49.895	52.589	51.518
BNDES	2018	TJLP	R\$	14.266	97.411	111.677	
Sindicato Bancos	2010	113% do CDI	R\$	80.713		80.713	
BNDES	2018	TJLP	R\$	11.048	75.441	86.489	
Sindicato Bancos	2010	113% DO CDI	R\$	62.509		62.509	
Outros	Diversos	Diversos	R\$	21.833	196.068	217.401	165.714
Dívida em Moeda Nacional				1.060.771	6.337.737	7.398.508	6.966.530
Total Geral Consolidado				1.063.338	6.340.192	7.403.530	7.004.524

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
 (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
 (3) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08:
 (*) Taxa contratual;
 (**) Taxa efetiva do custo de transação.

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.339	2.456	1.227	-	-	-	-	-	5.022
	1.339	2.456	1.227	-	-	-	-	-	5.022
Indexadores									
UMBND\$	2.805	5.708	6.289	6.929	7.527	8.246	7.684	806	45.994
Índice Geral de Preços –Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	39.301	39.301
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	6.230	12.461	12.461	11.422	-	-	-	-	42.574
Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA	26.866	13.238	113.561	59.785	-	1.169.829	-	-	1.383.278
Certificado Depósito Interbancário – CDI	863.748	663.681	2.270.665	445.828	302.830	2.375	1.184	-	4.598.010
URTJ	47.562	96.391	103.787	109.614	132.272	137.488	127.111	535.126	1.289.351
	<u>947.211</u>	<u>791.479</u>	<u>2.506.763</u>	<u>1.067.320</u>	<u>442.629</u>	<u>1.317.938</u>	<u>135.979</u>	<u>575.233</u>	<u>7.398.508</u>
	<u>948.550</u>	<u>793.935</u>	<u>2.507.990</u>	<u>1.067.320</u>	<u>442.629</u>	<u>1.317.938</u>	<u>135.979</u>	<u>575.233</u>	<u>7.403.530</u>

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 30/06/2010 %	Varição Acumulada em 2010 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 30/06/2010 %	Varição Acumulada em 2010 %
Euro	(8,44)	(12,09)	IGP-M	2,83	5,68
			FINEL	0,56	1,12
			CDI	2,18	4,25

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de março 2010	7.004.524	5.697.322
Saldo inicial de Controlada adquirida	378.771	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	60.474	-
Varição monetária e cambial	21.449	19.663
Encargos financeiros provisionados	168.032	127.421
Ajuste a Valor Presente	(3.525)	(3.525)
Encargos Financeiros Pagos	(102.452)	(88.230)
Amortização de financiamentos	(124.407)	(104.937)
Outros	664	963
Saldo em 30 de junho de 2010	7.403.530	5.648.677

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos, são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das Cláusulas Restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2010
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	58,65

A Companhia obteve dos credores os consentimentos de que não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, do montante devido até 31 de dezembro de 2010. Os financiamentos são classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do Contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 30 de junho de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 30 de junho de 2010.

17) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	18.488	19.465	17.581	18.954
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	5.066	4.998	5.066	4.998
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.949	5.921	5.949	5.921
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.783	1.705	1.605	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	3.187	3.195	3.187	3.195
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	1.825	1.831	1.666	1.831
Pesquisa e Desenvolvimento	75.943	70.400	70.316	67.184
Pesquisa Expansão Sistema Energético	963	981	833	916
	113.204	108.496	106.203	104.604
Passivo Circulante	47.794	47.278	40.793	43.386
Passivo Não Circulante	65.410	61.218	65.410	61.218

18) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar, aos seus associados, participantes e aos seus dependentes, complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao Plano Previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes Planos de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pela Companhia na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo Ativo, no valor de R\$664.491, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes, ativos e assistidos, que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos, neste Plano, 2 empregados na ativa e 10 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém, ainda, de modo independente aos Planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do Prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um Plano de saúde e um Plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da Gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no Plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais Planos Odontológico e Previdenciário nesta entidade. A previsão para a conclusão do processo de separação do Plano de Saúde é em 2010, em que serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da Obrigação Actuarial, com benefícios pós-emprego, no montante de R\$202.589, em 30 de junho de 2010 (R\$204.241 em 31 de março de 2010), foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, por meio de prestações mensais, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade) e, para o Plano Saldado, reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia, em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida, são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371/00 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionada no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão. Os valores reconhecidos, em 30 de junho de 2010, estão apresentados a seguir.

As movimentações ocorridas no Passivo Líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de março de 2010	58.468	84.642	4.508	109.958	257.576
Despesa Reconhecida no Resultado	1.382	3.772	224	2.350	7.728
Contribuições Pagas	(7.740)	(2.521)	(44)	(576)	(10.881)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2010	52.110	85.893	4.688	111.732	254.423
Passivo Circulante	18.340	-	-	-	18.340
Passivo Não Circulante	33.770	85.893	4.688	111.732	236.083

19) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas Controladas constituíram Provisão para Contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável, conforme segue:

	Controladora			Saldo em 30/06/2010
	Saldo em 31/03/2010	Adições (Estornos)	Baixas	
Trabalhistas				
Diversos	442	42	-	484
				-
Danos Pessoais –Majoração Tarifária				
Ambiental	7.767	(4.488)	-	3.279
Outras	1.388	81	-	1.469
	9.155	(4.407)	-	4.748
Fiscais				
Outras	102	-	(102)	-
	102	-	(102)	-
Regulatórios				
ANEEL	-		21	21
Total	9.699	(4.365)	(81)	5.253

	Consolidado			Saldo em 30/06/2010
	Saldo em 31/03/2010	Adições (Estornos)	Baixas	
Trabalhistas				
Diversos	442	42	-	484
				-
Danos Pessoais –Majoração Tarifária				
Ambiental	8.537	(4.488)	-	4.049
Outras	1.447	124	-	1.571
	9.984	(4.364)	-	5.620
Fiscais				
Outras	102	-	(102)	-
	102	-	(102)	
Regulatórios				
ANEEL	-		21	21
Total	10.528	(4.322)	(81)	6.125

Processos Administrativos de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$3.279, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível

A Cemig Geração e Transmissão e suas Controladas discutem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cujas perdas foram estimadas como possíveis, periodicamente reavaliadas, não requerendo a constituição de Provisão nas Demonstrações Contábeis, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu efetuar os depósitos judiciais no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$103.718 em 30 de junho de 2010 (R\$ 99.032 em 31 de março de 2010). A Companhia obteve, em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

20) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2010, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão em reunião realizada em 16 de abril de 2010 aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios do exercício de 2010, no montante de R\$69.878 a serem pagos no exercício de 2011. Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio foram de R\$23.759 reconhecidos no resultado do exercício de 2010.

21) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Industrial	174	134	8.676.079	8.143.796	971.348	869.014
Comercial	12	1	20.552	2.145	5.999	6.233
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	13.409	(32.365)
	186	135	8.696.631	8.145.941	990.756	842.882
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	45	42	7.102.695	7.349.143	658.521	803.879
Transações com energia na CCEE	-	-	2.235.078	1.028.658	62.664	93.327
Vendas no Proinfa	-	-	17.692	-	4.312	-
Total	231	177	18.052.096	16.523.742	1.716.253	1.740.088

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

22) – RECEITA DE USO DA REDE

Essa receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia,

associada ao sistema interligado brasileiro. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo Contrato de Concessão. De acordo com alguns destes Contratos, a Receita, a ser reembolsada nos últimos quinze anos será 50% menor do que nos primeiros quinze anos de Concessão. A Companhia reconhece os reembolsos destas Concessões, conforme o Contrato estabelecido.

	Consolidado	
	30/06/2010	30/06/2009
Receita de Uso da Rede Básica	441.839	243.189
Receita de Sistema de Conexão	50.159	64.330
Revisão Tarifária da Transmissão	(64.586)	158.090
	427.412	465.609

Os valores registrados na rubrica Revisão Tarifaria da Transmissão estão descritos com mais detalhes na Nota Explicativa nº7.

23) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado
Tributos sobre a Receita				
ICMS	172.199	163.812	171.318	162.769
COFINS	152.155	151.871	146.911	151.677
PIS-PASEP	33.030	38.184	31.894	38.142
ISSQN	263	226	256	226
Outros	-	142	-	-
	357.647	354.235	350.379	352.814
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	44.619	44.276	40.780	44.276
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.903	12.268	17.901	12.268
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.148	11.316	15.147	11.316
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.140	6.761	5.647	6.761
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	5.647	6.934	5.647	6.934
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.823	3.467	2.823	3.467
Encargo de Aquisição Emergencial	10.328	8.093	10.328	8.093
	103.608	93.115	98.273	93.115
	461.255	447.350	448.652	445.929

24) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado	30/06/2010	30/06/2009 Reclassificado
Pessoal	146.069	169.432	138.101	169.342
Obrigações Pós-emprego	15.456	14.666	15.456	14.666
Materiais	8.681	6.692	8.006	6.669
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	4.070	-	4.070
Serviços de Terceiros	76.253	52.892	56.837	52.666
Depreciação e Amortização	143.347	112.815	112.473	112.384
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	65.963	70.090	65.903	70.090
Reversão (Provisões) Operacionais	(5.945)	552	(5.942)	552
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	135.979	142.414	139.842	142.414
Energia Elétrica Comprada para Revenda	145.996	70.914	145.984	70.436

Outras Despesas Operacionais Líquidas	43.708	22.100	39.836	21.970
	775.507	666.637	716.496	665.259

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Remunerações e Encargos	124.248	117.860	116.346	117.770
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	7.648	7.775	7.648	7.775
Benefícios Assistenciais	12.872	12.519	12.806	12.519
	144.768	138.154	136.800	138.064
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(3.783)	(5.925)	(3.783)	(5.925)
	140.985	132.229	133.017	132.139
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	5.084	37.203	5.084	37.203
	146.069	169.432	138.101	169.342

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro, para os empregados que fizeram a adesão ao PDV, corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam, ainda, dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e Plano de Saúde, pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 249 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$46.183 sendo a maior parte desse reconhecimento no exercício de 2009.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Comunicação	3.233	2.032	2.327	2.032
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	9.954	4.425	7.441	4.425
Conservação e Limpeza de Prédios	9.167	8.360	8.706	8.360
Mão de Obra Contratada	1.895	3.330	1.783	3.330
Frete e Passagens	2.137	1.774	1.700	1.774
Hospedagem e Alimentação	2.312	2.215	2.287	2.215
Vigilância	4.560	4.030	4.550	4.030
Consultoria	14.557	1.680	2.188	1.680
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.089	1.166	1.088	1.166
Manutenção e Conservação de Veículos	2.255	1.679	2.090	1.679
Energia Elétrica	2.143	2.273	1.909	2.273
Meio Ambiente	7.957	6.562	7.777	6.562
Outros	14.994	13.366	12.991	13.140
	76.253	52.892	56.837	52.666

25) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	120.578	63.399	113.608	63.219
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.396	980	3.393	980
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	74	2.219	1.891	2.219
Variações Cambiais	1.348	29.438	1.348	29.438
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(554)	(208)	(547)	(203)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 27)	739	1.869	648	1.869
Ajuste a Valor Presente	11.816	931	11.816	931
Outras	13.960	11.392	13.324	11.391
	151.357	110.020	145.481	109.844
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(298.122)	(152.530)	(252.600)	(150.753)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(30.025)	-	(30.025)	-
Variações Cambiais	(730)	(8)	(730)	(8)
Variação Monetária – CCEE	-	(4.013)	(44)	(4.013)
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 27)	(556)	(48.593)	(480)	(48.593)
Reversão (Provisão) para Perdas com Trans. Energia livre	-	8.306	-	8.306
Ajuste a Valor Presente	(431)	(4.571)	(431)	(4.571)
Outras	(22.097)	(1.833)	(18.379)	(3.075)
	(351.961)	(203.242)	(302.689)	(202.707)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(200.604)	(93.222)	(157.208)	(92.863)

26) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

A Cemig Distribuição e a Light também são Controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	110.347	418.304	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	3	12	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.663	2.663	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	261	10.703	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	12.283	13.012	271	-	142.979	117.297	42.280	18.630
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	15.297	14.042	3.122	4.156	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	228	6.633	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	102	-	9.956	8.935	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	140	554	1	4	-	-	4	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	40.397	37.928	31.998	26.168	(172.199)	(163.812)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	8.223	8.223	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	39.301	38.161	-	-	2.248	1.998
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - Circulante (3)	-	-	18.340	18.862	-	-	(15.456)	(14.666)
Outros	-	-	4.749	10.310	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - Não Circulante (3)	-	-	236.083	238.714	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(7.648)	(7.775)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.762)	(1.574)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	13	13	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui Contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrentes do leilão público de energia existente, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos Contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 16 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS, registradas nas Demonstrações Contábeis, referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade com a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão, referentes aos empregados participantes do Plano Misto (Vide Nota Explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais, em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do Setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 15, 16, 18, 21, 24 e 25.

27) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas Controladas estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente, registrados de acordo com o Regime de Competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros, ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa, alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma Consultoria Externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A exposição da Cemig Geração e Transmissão ao risco de elevação das taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	-	6.056
(-) Operações contratadas de hedge/swap (*)	-	75.000
	-	81.056
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.022	5.394
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	-	26.544
Passivo Líquido Exposto	5.022	112.994

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2011, será de 3,03% (Euro R\$2,271). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos, nos resultados, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Atual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.022	5.174	6.468	7.761
Passivo Líquido Exposto	5.022	5.174	6.468	7.761
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(152)	(1.446)	(2.739)

Risco de Taxa de juros

Em 30 de junho de 2010, a Cemig Geração e Transmissão não se encontra exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais. Em 31 de março de 2010, essa exposição era de R\$6.056, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (Libor).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas Controladas ocorre em função do Passivo Líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.033.565	2.941.362	1.745.153	2.718.322
Ativo Regulatório (Nota 6)	46.141	45.175	46.141	45.175
	<u>2.079.706</u>	<u>2.986.537</u>	<u>1.791.294</u>	<u>2.763.497</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(4.598.010)	(4.500.658)	(4.219.208)	(4.296.370)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(4.598.010)</u>	<u>(4.500.658)</u>	<u>(4.219.208)</u>	<u>(4.296.370)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.518.304)</u>	<u>(1.514.121)</u>	<u>(2.427.914)</u>	<u>(1.532.873)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a taxa Selic, em 30 de junho de 2011, será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa Selic.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Exposição Atual Selic 10,25%	Cenário Provável Selic 12,75%	Cenário Possível Selic 15,9375%	Cenário Remoto Selic 19,125%
Ativos				
Aplicações Financeiras	2.033.565	2.292.845	2.357.664	2.422.484
	<u>2.033.565</u>	<u>2.292.845</u>	<u>2.357.664</u>	<u>2.422.484</u>
Passivos				
Empréstimos	(4.598.010)	(5.184.256)	(5.330.818)	(5.477.379)
	<u>(4.598.010)</u>	<u>(5.184.256)</u>	<u>(5.330.818)</u>	<u>(5.477.379)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.564.445)</u>	<u>(2.891.411)</u>	<u>(2.973.154)</u>	<u>(3.054.895)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(292.492)</u>	<u>(365.615)</u>	<u>(438.738)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos, eventualmente, em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas Controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, em que cada instituição é analisada, segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas Hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas, em função do aumento de custos na aquisição de energia, ou redução de receitas, com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas Controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento a essas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida, em 30 de junho de 2010, e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor (Nota 16), de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia e suas controladas possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não será impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Este Comitê, ao implementar planos de ação, objetiva, também, a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de riscos financeiros. ao implementar planos de ação.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia e, respectivas, Controladas, em 30 de junho de 2010.

Direito da Companhia e suas controladas	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada						Efeito Acumulado	
				Valor principal contratado*		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	30/06/2010
Cemig Geração e Transmissão											
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	-
Madeira Energia											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	466	1.313	466	1.313	18.044	(18.224)
						<u>466</u>	<u>1.413</u>	<u>466</u>	<u>1.413</u>	<u>18.044</u>	<u>(18.224)</u>

A contraparte da operação de Derivativos da Companhia é o banco Santander e os Contratos são de "swap" cambial. de indexador.

Não existe análise de sensibilidade em função da taxa ser pré-fixada.

28) – EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição de participação acionária

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), empresa na qual a sua subsidiária integral CEMIG GT possui 48% do capital votante, celebrou, em 06 de agosto de 2010, com a CYMI Holding S.A. (“CYMI”), também denominada como vendedora, um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “NTE”), (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “STE”) e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG (a “IEMG”), todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A TAESA pagará pela aquisição de participação nas Transmissoras o valor global de R\$275.470 mil. O preço da aquisição será corrigido pela variação acumulada da SELIC entre as datas de celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estarão sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da TAESA, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos da Lei nº 8.884/94.

Nos termos dos acordos de acionistas firmados entre os atuais acionistas das Transmissoras, é dado aos acionistas remanescentes o direito de venda conjunta (“tag along”) nas mesmas condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Encerramento de distribuição pública da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. registrou em 20 de julho de 2010 na CVM o encerramento da distribuição pública de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 34.500 debêntures da primeira série e 25.500 debêntures da segunda série, da 1ª emissão da Emissora, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, perfazendo o valor total de R\$600.000. A Oferta foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 1º de junho de 2010.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

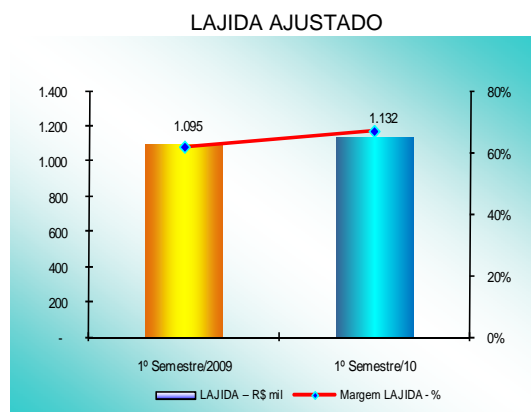
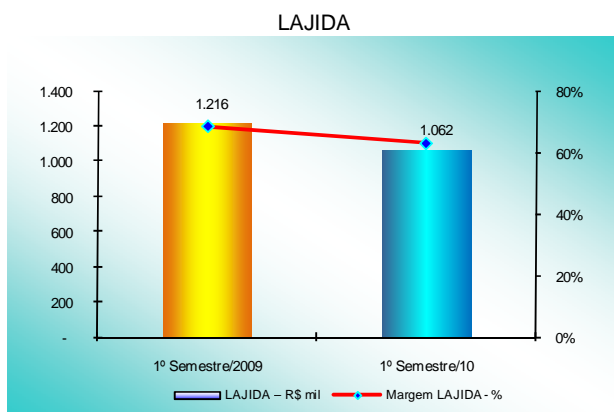
Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2010, um lucro líquido de R\$488.462, em comparação ao lucro líquido de R\$684.638 no primeiro semestre de 2009. Uma redução de 28,65%. Este resultado deve-se, principalmente, à redução de 4,26%, na receita líquida, associado a um aumento de 16,33% nos custos e despesas operacionais. Vide comentários na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento, no primeiro semestre de 2010 na comparação com o primeiro semestre de 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2010	30/06/2009	Var %
Lucro Líquido	488.462	684.638	(28,65)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	213.400	308.781	(30,89)
+ Participações de Empregados e Administradores no Resultado	16.070	16.217	(0,91)
+ Resultado Financeiro	200.604	93.222	115,19
+ Amortização e Depreciação	143.347	112.815	27,06
= LAJIDA	1.061.883	1.215.673	(12,65)
Itens não recorrentes:			
+ Revisão Tarifária Periódica – Reposicionamento Tarifário	64.586	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	5.084	37.203	(86,33)
- Revisão da Receita de Transmissão - Nota Técnica nº214/2009	-	(158.090)	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.131.553	1.094.786	3,36



A redução do LAJIDA, no primeiro semestre de 2010 em comparação ao primeiro semestre de 2009, deve-se, principalmente, à redução de 4,26% na receita líquida, associada ao aumento de 14,14% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência do aumento das despesas operacionais, a margem do LAJIDA apresentou uma redução de 68,39%, em 2009, para 62,69% em 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou um aumento de 3,36%. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA passou de 61,87% em 2009, para 66,80% em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.716.253, no primeiro semestre de 2010, em comparação a R\$1.740.088 no primeiro semestre de 2009, representando uma redução de 1,37%.

Este resultado decorre, principalmente, da redução da quantidade de energia elétrica fornecida a outras concessionárias e do reconhecimento da despesa de R\$64.586 decorrente da revisão tarifária periódica da Transmissão, registrado em junho de 2010, referente ao reposicionamento tarifário de -15,88%, aplicado sobre a receita vigente em julho de 2009, parcialmente compensado pelo aumento de 17,54% da receita de fornecimento a consumidores livres e do aumento do volume de energia negociada na CCEE. O aumento da receita com consumidores livres decorre da maior quantidade de energia negociada, aumento de 6,76%, em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, que podem comprar de fontes incentivadas tanto do setor Industrial quanto do Comercial, e do aumento do preço médio por MWh, parte devido ao reajuste anual desses Contratos indexados, a maior parte, à variação do IGP-M. A receita, com consumidores livres, foi de R\$990.756, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$842.882 no primeiro semestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, e contratos bilaterais, reduziu em 3,35%. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

A Receita de uso da rede foi de R\$427.412, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$465.609 no primeiro semestre de 2009. Uma redução de 8,20%. Esta redução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento de receita, no montante de R\$158.090, no primeiro semestre de 2009, em decorrência da revisão tarifária da atividade, de Transmissão, da Companhia, em 2009;
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2010, de despesa, no montante de R\$64.586, decorrente da Revisão Tarifária periódica da atividade, de Transmissão, da Companhia, em 2010;
- aquisição da Transmissora de energia elétrica, TAESA.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 7 e 11 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$461.255 no primeiro semestre de 2010 comparados a R\$447.350 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 3,11%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita, referente à CCC, foi de R\$15.148, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$11.316 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 33,86%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$17.903, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$12.268 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 45,93%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$775.507, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$666.637 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 16,33%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 às Informações Trimestrais.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal, no primeiro semestre de 2010, foi de R\$146.069 comparados a R\$169.432 no primeiro semestre de 2009. Uma redução de 13,79%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com PDV, reconhecida, no primeiro semestre de 2009, no montante de R\$37.203 contra R\$5.084 no mesmo período de 2010, associado à redução da quantidade de empregados que passou de 2.117, em junho de 2009, para 1.934 em junho de 2010.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$145.996, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$70.914 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 105,88%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$76.253, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$52.892 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 44,17%, sendo as principais variações, nos gastos, com Consultoria e Instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

- os serviços de consultoria foram de R\$14.557, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$1.680 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 766,49%. Esta variação decorre, principalmente, da contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos;
- os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$9.954, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$4.425 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 124,95%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com reajuste de Contratos e da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24 às Informações Trimestrais.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$143.347, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$112.815 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 27,06%. Este resultado decorre, substancialmente, da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$43.708, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$22.100 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 97,77%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com concessão onerosa, arrendamento e aluguéis e seguros.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$200.604, no primeiro semestre de 2010, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$93.222 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 115,19%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 90,19% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$120.578, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$63.399 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados, no primeiro semestre de 2010, comparados ao trimestre do ano anterior;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$298.122, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$152.530 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente, da emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010 e da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor, utilizadas na liquidação das notas promissórias;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$30.025, apurada no primeiro semestre de 2010, decorrente da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, no 1º semestre de 2010;
- ganhos líquidos com variações cambiais, no primeiro semestre de 2010, no montante de R\$618, comparados a ganhos líquidos de R\$29.430 no primeiro semestre de 2009, advindos, basicamente, de Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, indexados ao Dólar Norte-americano e ao lene. Este resultado decorre, principalmente, da variação do Dólar e do lene nos períodos comparados. No primeiro semestre de 2010, o Dólar apresentou uma valorização de 3,46% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou desvalorização de 16,49%. O lene apresentou, no primeiro semestre de 2010, uma valorização de 8,35% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou desvalorização de 21,45%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 às Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro semestre de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$213.400 em relação ao lucro de R\$717.932, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 29,72%. No primeiro semestre de 2009, a Companhia apurou despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$308.781 em relação ao lucro de R\$1.009.636, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 30,58%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 às Informações Trimestrais. Nos primeiros semestres de 2010 e 2009, a Companhia destinou Juros sobre o Capital Próprio, nos montantes de R\$69.878 e R\$107.136, respectivamente, cujos benefícios fiscais, apurados, foram de R\$23.759 e R\$36.426, nessa ordem.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2010 E 2009

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	878.987	970.940	(9,47)
Receita de Uso da Rede	194.463	314.579	(38,18)
Outras Receitas operacionais	5.582	5.496	1,56
Receita Operacional Bruta	1.079.032	1.291.015	(16,42)
Deduções à Receita Operacional	(234.593)	(245.706)	(4,52)
Receita Operacional Líquida	844.439	1.045.309	(19,22)
 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(73.982)	(105.356)	(29,78)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(7.728)	(7.333)	5,39
Materiais	(4.582)	(3.743)	22,42
Matéria Prima e Insumos	-	(4.070)	(100,00)
Serviços de Terceiros	(41.389)	(28.354)	45,97
Depreciação e Amortização	(74.176)	(56.789)	30,62
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(30.578)	(35.323)	(13,43)
Provisões Operacionais	5.518	(804)	(786,32)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(72.223)	(43.724)	65,18
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(71.831)	(70.120)	2,44
Outras Despesas Líquidas	(28.130)	(16.521)	70,27
	(399.101)	(372.137)	7,25
Lucro Operacional	445.338	673.172	(33,84)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(122.501)	(43.032)	184,67
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	322.837	630.140	(48,77)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.354)	(172.140)	(52,74)
Participações nos Resultados	(9.174)	(5.774)	58,88
Lucro Líquido do Período	232.309	452.226	(48,63)

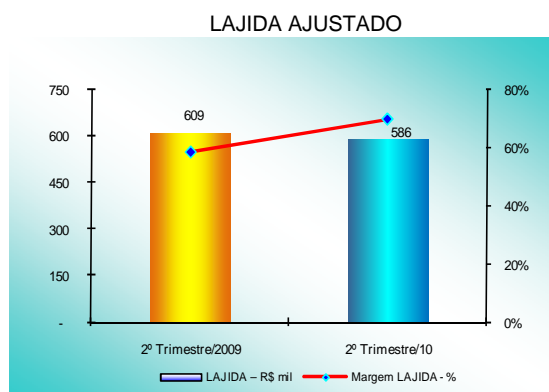
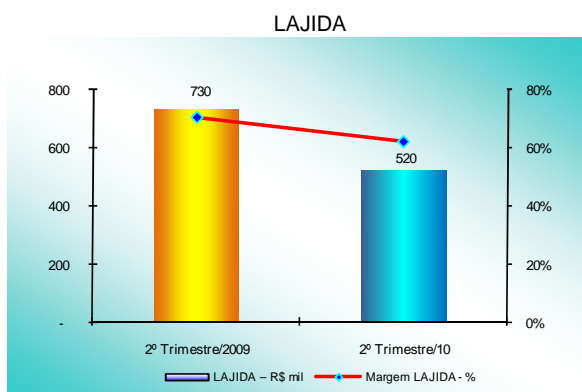
Lucro do Trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no segundo trimestre de 2010, um lucro líquido de R\$232.309, em comparação ao lucro líquido de R\$452.226 no segundo trimestre de 2009. Uma redução de 48,63%. Esta redução decorre, basicamente, da redução de 19,22% na receita operacional líquida, associada a um aumento de 7,25% nas despesas operacionais e ao aumento de 184,67% nas despesas financeiras líquidas. Também contribuiu para a redução do lucro, no segundo trimestre de 2010 em comparação a 2009, da despesa de R\$64.586, registrada em junho de 2010, decorrente da Revisão tarifária periódica da Transmissão, referente ao reposicionamento tarifário de -15,88%, aplicado sobre a receita vigente em julho de 2009. Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão, no segundo trimestre de 2010 comparado ao segundo trimestre de 2009, apresenta uma redução de 28,83%. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 3,83%.

LAJIDA	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Lucro Líquido	232.309	452.226	(48,63)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	81.354	172.140	(52,74)
+ Participações no Resultado	9.174	5.774	58,88
+ - Resultado Financeiro	122.501	43.032	184,67
+ Amortização e Depreciação	74.176	56.789	30,62
= LAJIDA	519.514	729.961	(28,83)
Itens não recorrentes:			
+ Revisão Tarifária Periódica – Reposicionamento Tarifário	64.586	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	1.930	37.524	(94,86)
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica n°214/2009	-	(158.090)	-
= LAJIDA AJUSTADO	586.030	609.395	(3,83)



A redução do LAJIDA, no segundo trimestre de 2010 em comparação ao segundo trimestre de 2009, deve-se, principalmente, à redução de 19,22% na receita líquida, associada a um aumento de 3,04% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA reduziu de 69,83% em 2009, para 61,52% em 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma recuperação, passando a uma redução de apenas 3,83%. Consequentemente, a margem do LAJIDA apresenta um crescimento, passando de 58,30% em 2009, para 69,40% em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
Industrial	4.510.973	4.006.327	12,60	497.844	433.566	14,83
Comercial	14.190	2.145	561,54	4.922	6.233	(21,03)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	17.926	(8.634)	(307,62)
	4.525.163	4.008.472	12,89	520.692	431.165	20,76
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.435.310	4.337.061	(20,79)	329.484	520.963	(36,75)
Transações com Energia na CCEE	1.120.848	255.298	339,04	27.046	18.813	43,76
Vendas Proinfra	7.300	-	-	1.765	-	-
Total	9.088.621	8.600.831	5,67	878.987	970.941	(9,47)

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$878.987, no segundo trimestre de 2010, em comparação a R\$970.941 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 9,47%.

Este resultado decorre, principalmente, da redução da quantidade de energia elétrica fornecida a outras concessionárias e do reconhecimento da despesa de R\$64.586, decorrente da revisão tarifária periódica da transmissão, registrada em junho de 2010, referente ao reposicionamento tarifário de -15,88%, aplicado sobre a receita, vigente em julho de 2009, parcialmente compensado pelo aumento de 20,76% da receita com consumidores livres. O aumento da receita, com consumidores livres, decorre da maior quantidade de energia negociada, aumento de 12,89%, e do aumento do preço médio por MWh, parte devido ao reajuste anual desses Contratos, na maior parte, indexados à variação do IGP-M. A receita com consumidores livres foi de R\$520.692, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$431.165 no segundo trimestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, e contratos bilaterais, reduziu em 20,79%. Essa redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e ao redirecionamento para clientes.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

A receita de uso da rede foi de R\$194.463, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$314.579 no segundo trimestre de 2009. Uma redução de 38,18%. Esta redução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento de receita no montante de R\$158.090, no segundo trimestre de 2009, em decorrência da Revisão Tarifária da atividade de Transmissão da Companhia em 2009;
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2010, de despesa no montante de R\$64.586, decorrente da Revisão Tarifária periódica da Transmissão em 2010;
- aquisição da transmissora de energia elétrica, TAESA.

Deduções à Receita Operacional

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
ICMS	90.866	82.329	10,37
COFINS	75.809	91.127	(16,81)
PIS-PASEP	16.456	24.999	(34,17)
ISSQN	126	113	11,50
Outros	-	142	-
	<u>183.257</u>	<u>198.710</u>	<u>(7,78)</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	21.515	24.507	(12,21)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.315	6.472	43,93
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.925	5.967	32,81
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.609	3.939	(8,38)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	2.710	4.112	(34,10)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.354	1.999	(32,27)
Encargo de Aquisição Emergencial	4.908	-	-
	<u>51.336</u>	<u>46.996</u>	<u>9,23</u>
	<u>234.593</u>	<u>245.706</u>	<u>(4,52)</u>

As principais variações nas Deduções à Receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

A Dedução à Receita, referente à RGR, apresentou uma redução de 12,21% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou um aumento de 32,81% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 43,93% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$399.101, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$372.137 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 7,25%. Esta variação decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, Serviços de Terceiros e Depreciação e Amortização, parcialmente compensados pela redução na Despesa com Pessoal.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal, no segundo trimestre de 2010, foi de R\$73.982, comparados a R\$105.356 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 29,78%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com Plano de Desligamento Voluntário, reconhecida, no segundo trimestre de 2009, no montante de R\$37.524, contra R\$1.930 no mesmo período de 2010.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$41.389, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$28.354 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 45,97%, sendo as principais variações nos gastos, com Consultoria e Instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

- os serviços de consultoria foram de R\$1.900, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$707 no segundo trimestre de 2009. Um aumento de 168,74%. Esta variação decorre, principalmente, da contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos;
- os serviços de manutenção e conservação de Instalações e equipamentos elétricos foram de R\$2.982, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$934 no segundo trimestre de 2009, um aumento de 219,27%. Esta variação decorre, principalmente, da maior atividade da Companhia com reajuste de contratos e da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos Serviços de Terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 24 às Informações Trimestrais.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Despesa de R\$4.070, no segundo trimestre de 2009, decorrente da compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação, em 2008, devido ao baixo nível de água nos reservatórios.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$72.223, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$43.724 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 65,18%. Este resultado decorre de uma maior atividade de comercialização de energia em 2010.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$74.176, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$56.789 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 30,62%. Este resultado decorre, substancialmente, da consolidação das Empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

Receitas (Despesas) Financeiras

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	54.522	34.491	58,08
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	598	272	119,85
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	662	1.008	(34,33)
Varições Cambiais	523	18.858	(97,23)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(371)	(96)	286,46
Ganhos com Instrumentos Financeiros	392	1.049	(62,63)
Ajuste a Valor Presente	6.531	317	1.960,25
Outras	8.547	5.467	56,34
	71.404	61.366	16,36
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(157.725)	(71.682)	120,03
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(17.352)	-	-
Varição Monetária - CCEE	-	(1.481)	-
Varições Cambiais	(1)	(6)	(83,33)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(175)	(28.076)	(99,38)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária – RTE	-	(416)	-
Ajuste a Valor Presente	(3)	(2.464)	(99,88)
Outras	(18.649)	(273)	6.731,14
	(193.905)	(104.398)	85,74
	(122.501)	(43.032)	184,67

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2010 com o segundo trimestre de 2009, o resultado financeiro apresentou uma variação expressiva, passando de uma despesa de R\$43.032, em 2009, para uma despesa de R\$122.501 em 2010. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$20.031, na receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2010;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$157.725, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$71.682 no segundo trimestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente, da emissão das debêntures da Companhia no primeiro semestre de 2010;
- despesa de Varição Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$17.352, apurada no segundo trimestre de 2010. Esta despesa decorre do IGP-M, que apresentou uma variação positiva de 1,53% no trimestre.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2010, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$81.354 em relação ao lucro de R\$322.837, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 25,20%. No segundo trimestre de 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$172.140 em relação ao lucro de R\$630.140, antes dos efeitos fiscais. Um percentual de 27,32%. Nos segundos trimestres de 2010 e 2009, foram apurados benefícios fiscais, nos valores de R\$23.759 e R\$36.426, respectivamente, referentes ao pagamento de juros sobre capital próprio.

RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia") e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões especiais das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$192,1 milhões em 30 de junho de 2010, representando 1,8% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2010 totalizou R\$13,9 milhões de prejuízo, representando -2,85% do resultado do período, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.031,0 milhões em 30 de junho de 2010, representando 8,1% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, e na revisão de outros auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia e suas controladas divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.2 às ITR e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nº 6, 14 e 19, a Companhia possui registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. Em 30 de junho de 2010 as controladas indiretas em conjunto Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Taesa Serviços Ltda. apresentam prejuízos acumulados. A recuperação dos valores registrados no investimento da Companhia e no ativo imobilizado consolidado, referente às estas controladas, no montante de R\$100,7 milhões e R\$89,8 milhões, respectivamente, depende do

sucesso de suas operações futuras, sendo estas controladas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. O investimento proporcional da Companhia nas controladas indiretas em conjunto é de R\$57,1 milhões e o ativo imobilizado proporcional no consolidado é de R\$50,9 milhões.

7. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de junho de 2010 totalizavam R\$4.575,2 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$166,4 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$457,5 milhões no ativo imobilizado e R\$16,6 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0